

Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português

Miguel Metelo de Seixas¹

Resumo

Tradicionalmente, os estudos heráldicos incidem na dimensão simbólica dos sinais que se propõem analisar. Considerando, porém, a natureza destes sinais enquanto formas de auto-representação e de comunicação visual, é possível e proveitoso estudá-los não apenas na sua dimensão abstracta, mas também ou sobretudo no seu uso concreto. Cada manifestação plástica de determinadas armas encerra nela própria uma carga referencial específica, que se prende, entre outros factores, com a escolha da sua localização, definidora de destinatários, observadores e comentadores da mensagem heráldica. A presente comunicação propõe uma reflexão comparativa sobre as escolhas de localização de pedras de armas nas cidades medievais portuguesas, abrangendo uma tipologia heráldica específica: as armas dos próprios municípios. Pretende-se, assim, mostrar de que forma a heráldica municipal portuguesa foi usada para a demarcação e apropriação simbólica do espaço urbano durante o período medieval.

Palavras-chave

Heráldica; Representação do poder; Espaço urbano; Municípios Portugueses; Idade Média.

¹ IEM-NOVA FCSH.

Municipal heraldry and symbolic appropriation of urban space in medieval Portugal.

Abstract

Heraldic studies focus traditionally on the symbolic characteristics of the signs that they proposed to analyse. Considering, however, the nature of these signs as forms of self-representation and visual communication, it is possible and profitable to study them not only in their abstract dimension but also or especially in their concrete use. Each plastic manifestation of a heraldic emblem contains within it a specific referential charge, which depends, among other factors, on the choice of its location, which defines recipients, observers and commentators of the heraldic message. This paper proposes a comparative reflection on the location of monumental arms in Portuguese medieval cities, focusing in a specific heraldic typology: the municipal arms. It is intended, therefore, to show how municipal emblems were used for the demarcation and symbolic appropriation of the Portuguese urban space during the Middle Ages.

Keywords

Heraldry; Representation of power; Urban space; Portuguese Municipalities; Middle Ages.

No balanço que publicou acerca dos estudos sobre as cidades medievais portuguesas, Amélia Andrade assinalou as significativas lacunas historiográficas que se fazem sentir neste campo, apontando algum confinamento à erudição local, com a proliferação de monografias porventura eruditas, mas geralmente desprovidas de perspectivas gerais e de problematizações. Contudo, como aponta esta autora, a história urbana revela-se um terreno particularmente propício para o questionamento heurístico, sobretudo na medida em que se observe que “tout ce qui se passe dans un décor urbain peut être considéré comme de l’histoire urbaine”². Neste sentido, o presente texto pretende fornecer um contributo para

² ANDRADE, Amélia Aguiar – “La ville médiévale au Portugal. Perspectives et tendances”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (Ed.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, p. 155.

a problematização de uma questão que, até agora, pouco tem atraído a atenção dos estudiosos: a relação entre heráldica e espaço urbano, na esperança de abrir, assim, perspectivas que sirvam como influxo de possível renovação quer para a história urbana, quer para a heráldica.

Alguma historiografia mostrou-se já preocupada com o estudo da “marcação” das cidades pelo poder, assinalando a importância de se estabelecer “une description cartographique des empreintes du pouvoir sur la ville pour tenter de reconstituer le mouvement qui les y a laissées” e procurando “définir une rhétorique de la puissance à partir du marquage de la ville par les pouvoirs urbains, et tenter d’y mesurer les parts respectives de la communication, de la persuasion, de l’intimidation ou de la propagande – que celle-ci soit implicite ou explicite”³. Os instrumentos para a marcação simbólica do espaço urbano são diversificados, agindo ora de maneira complementar, ora antagónica uns aos outros. A própria organização urbanística pode incluir desde logo tal instrumentalização, igualmente patente na arquitectura e com recurso a um conjunto de *media* que assumem tipologias, escalas, intensidades e formas comunicacionais muito variadas, geralmente de natureza visual, mas que podem ter outras componentes, como a auditiva (basta pensar na importância dos sinos para a vida urbana medieval).

Já foi estudado o papel que as epígrafes, ou seja, a escrita, desempenharam neste tipo de marcação; Armando Petrucci assinalou que a cidade medieval deixou de constituir-se enquanto o “corpo escrito” que ela havia sido durante a Antiguidade e que voltará a ser, em parte, a partir do Renascimento⁴. Conforme aponta este autor, a perda de relevância (relativa, não absoluta) da escrita para a marcação do espaço urbano medieval deve-se em grande medida à queda abrupta dos índices de alfabetização das populações urbanas. Neste enquadramento, outros códigos de comunicação visual acabaram por assumir a proeminência antes detida pelas epígrafes para a definição e a apropriação simbólica do espaço urbano. A heráldica foi, sem dúvida, um deles. Estranhamente, contudo, tal relação colhe fraco reflexo na historiografia.

É certo que as recentes reformulações epistemológicas de que a heráldica tem sido alvo desde meados do século XX procuraram, entre outras coisas, combater algumas das limitações heurísticas que haviam, até então, dominado este saber. Uma dessas limitações reporta-se ao carácter fundamentalmente abstracto atribuído aos sinais heráldicos: estes costumam ser analisados nos seus aspectos

³ BOUCHERON, Patrick – “Introduction générale”. In BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Ed.) – *Marquer la ville*. Paris: Publications de la Sorbonne, École Française de Rome, 2014, pp. 10-11.

⁴ Veja-se, por todos : PETRUCCI, Armando – *Jeux de lettres. Formes et usages de l’inscription en Italie, XI^e-XX^e siècles*. Paris: EHESS, 1993.

tipológicos e no seu valor simbólico, como se pudessem ter valor e ser entendidos fora do seu contexto histórico. Mais ainda, o próprio sinal heráldico é considerado de forma independente das suas manifestações plásticas, na medida em que estas apenas reenviam para o arquétipo de cada emblema (o *brasão*), de que constituem imagens mais ou menos exactas. As limitações deste género de abordagem foram evidenciadas por toda uma geração de heraldistas⁵.

A importância da contextualização das manifestações heráldicas não se prende apenas com a sua situação na cronologia e inclusão em determinada época e sociedade: também se reporta ao espaço físico em que tais emblemas se inserem. Dessa contextualização complexa depende o entendimento circunstanciado dos emblemas heráldicos. Nesse sentido, as mesmas armas não têm forçosamente sentido idêntico em cada uma das suas manifestações plásticas, ainda que estas sejam coevas e rigorosamente iguais na sua tipologia. A mensagem de cada manifestação varia também em conformidade com a sua localização espacial, na medida em que a heráldica serve essencialmente como código de auto-representação e de comunicação visual. Assim entendido e usado enquanto acto comunicacional, o emblema heráldico coaduna-se com uma série de outras codificações semânticas para exprimir, consubstanciar e projectar uma determinada imagem daquele que o gerou (ou daquele para quem foi gerado). Essa imagem não funciona como abstracção, mas como acto comunicacional concreto, com o seu emissor, os seus destinatários, observadores e, eventualmente, comentadores. Cada manifestação estabelece, assim, uma relação intrínseca com o espaço em que se encontra.

Essa relação é válida para o espaço construído, no qual a heráldica desempenha funções cujo carácter possui contornos complexos, muito mais vastos que a dimensão simplesmente identificativa que grande parte dos estudos tende a associar-lhe. Tal complexidade foi estudada com particular acuidade para a relação entre heráldica e espaço sagrado na Idade Média: Laurent Hablot assinalou o carácter intrínseco que se estabeleceu, a partir do século XIII, entre o fenómeno de *heraldização do espaço sagrado* e o de *sacralização da heráldica*⁶. Esta mesma problematização já foi estudada no caso português com evidência da sua aplicabilidade desde o século XIII até ao período tardo-medieval⁷. Igualmente

⁵ Cfr. PASTOUREAU, Michel – *Traité d'Héraldique*. Paris: Bordas, 1979; PASTOUREAU, Michel – *Les Armoiries*. Turnhout: Brepols, 1998; SAVORELLI, Alessandro – “L'araldica per la storia: una fonte ausiliaria?”. In PAOLI, Maria Pia (Ed.). *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell'età moderna*. Roma: Carocci editore, 2013, pp. 289-315; MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

⁶ HABLOT, Laurent – “L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?”. In AURELL, Martin (Ed.) – *Actes du colloque Chevalerie et Christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-233.

⁷ Veja-se, em particular, SEIXAS, Miguel Metelo de e PORTUGAL, João – “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”. In REDOL, Pedro e GOMES, Saul António (Ed.). *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012, pp. 27-

se entreviram as potencialidades de analisar o uso da heráldica como expressão de poder no espaço edificado por soberanos, em particular no que se prende com os locais de exercício do poder⁸. Essa mesma relação entre heráldica e espaço foi considerada, no caso português, como essencial para a caracterização da arquitectura nobre, tanto no que se refere à presença de armas no exterior como no interior dos edifícios associados às linhagens nobiliárquicas⁹.

Foi também evidenciado o papel que os emblemas heráldicos desempenharam na apropriação simbólica do espaço nas suas formas abstractas de representação, nomeadamente na cartografia, nos roteiros geográficos e corográficos, e noutros instrumentos de mapeamento do território¹⁰. Em certa medida, os armoriais (ou seja, os conjuntos de emblemas heráldicos representados de forma unificada, seja em manuscritos, códices, rolos, seja em desenhos, pinturas, esculturas, com o intuito de representar determinadas comunidades) afiguram-se comparáveis com as roteiros cartográficos e geográficos, porquanto constituem instrumentos de projecção visual, parcial ou integral, do mundo e da ordem que, na óptica dos autores, destinatários e observadores, lhe estava – ou deveria estar – subjacente¹¹.

Escasseiam, porém, as abordagens específicas do fenómeno heráldico na sua relação com o espaço urbano medieval¹². Os casos que mais parecem ter atraído a

-63; e SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique au service de la r epresentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 285-309.

⁸ Os estudos pioneiros neste campo cabem a Christian de M erindol, cuja obra de s ıntese  : MÉRINDOL, Christian de – *Images du royaume de France. Décors monumentaux peints et armoiries, art et histoire*. Pont-Saint-Esprit: Conseil général du Gard, 2013. Pode colher-se uma s ıntese desta problematiza  o em HABLLOT, Laurent – “Le décor emblématique chez les princes de la fin du Moyen âge : un outil pour construire et qualifier l'espace”. In LIÉNARD, T. et alii. – *Construction de l'espace au Moyen âge: pratiques et r epresentation*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, pp. 147-165. Recentemente, o projecto “In the Service of the Crown. The use of heraldry in royal political communication in Late Medieval Portugal”, com sede no IEM-NOVA FCSH e na Universität Münster, organizou dois col oquios sobre o tema, cujas actas ser o publicadas. Cf. HILTMANN, Torsten; SEIXAS, Miguel Metelo de (Ed.) – *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms. Towards a typology of heraldic programmes in spaces of self-representation*. Münster: Thorbecke, no prelo; e SEIXAS, Miguel Metelo de e HILTMANN, Torsten; PORTUGAL, João Ant onio (Ed.) – *State-Rooms of Royal and Princely Palaces in Europe (14th-16th c.)*. Spaces, Images, Rituals. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo.

⁹ Uma primeira tentativa de caracterização geral do fen omeno, ainda que para o período pós-medieval, pode ser consultada em SEIXAS, Miguel Metelo de – “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (Ed.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*. Lisboa – Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.

¹⁰ Vejam-se sobretudo as reflexões de SAVORELLI, Alessandro – “Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il ‘Libro del Conocimiento de todos los Reinos’ (s. XIV)”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 105-140.

¹¹ Cf., para o caso português, SEIXAS, Miguel Metelo de – “Overseas elements in Portuguese armorials from the Modern Era”. *e-journal of Portuguese History*. Vol. 15, N o 2, (2017), pp. 1-29.

¹² O tema foi objecto de um colóquio, cujas actas aguardam publicação: HABLLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.

atenção dos estudiosos dizem respeito às manifestações efémeras, nomeadamente as que se ligaram ao cerimonial das entradas régias nas cidades¹³. Alguns estudos vieram fornecer pistas de problematização a partir de levantamentos regionais ou locais. Avultam, neste sentido, as investigações com base em casos italianos e franceses, compreendendo análises de monumentos cívicos específicos¹⁴ ou das sedes de poder comunal em geral¹⁵. Contudo, inexistem levantamentos gerais que permitam avaliar o fenómeno em toda a sua extensão¹⁶. Tal asserção verifica-se mesmo nos casos em que foi realizado um inventário minucioso da heráldica municipal presente na totalidade de uma região, como na província italiana das Marche: embora tal arrolamento abranja a totalidade das fontes observáveis, num trabalho de grande envergadura e erudição, a verdade é que as fontes recenseadas não são cotejadas com a ocupação do espaço¹⁷. Salientam-se os resultados obtidos pelo projecto de investigação “Arma – Armorial Monumental du Moyen-âge”¹⁸, iniciado com a região de Poitou-Charentes, os quais permitiram uma primeira abordagem crítica na qual Matteo Ferrari procurou sistematizar a informação recolhida no terreno, complementando-a com fontes documentais, a fim de fornecer uma visão de conjunto sobre o uso da heráldica na apropriação do espaço na cidade de Poitiers¹⁹. Assim, as conclusões deste estudo permitiram “montrer à quel point les lieux et les édifices liés aux pouvoirs séculiers regorgeaient de signes héraldiques. Isolés ou insérés dans des compositions plus vastes, ils étaient l’instrument d’une mise en signe de l’espace, qui était à la fois officielle – puisqu’elle émanait d’une décision des autorités politiques – et publique – puisqu’elle s’adressait à toute la collectivité et, plus en général, à tous ceux qui parcouraient la ville”. Tal abundância não excluía uma intensa emulação entre as

¹³ Veja-se o trabalho pioneiro de ALVES, Ana Maria – *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

¹⁴ Citem-se os estudos exemplares de BORGIA, Luigi – *Gli stemmi del Palazzo d’Arnolfo di San Giovanni Valdarno*. Firenze: Cantini Edizioni, 1986; e GADO, Francesca Fumi Cambi (Ed.) – *Stemmi nel Museo Nazionale del Bargello*. Firenze: Associazione Amici del Bargello, 1993.

¹⁵ BULTÉ, Cécile – “Emblématique royale dans les hôtels de ville du Val de Loire 1440-1510”. In SALAMAGNE, Alain (Ed.) – *Hôtels de ville. Architecture publique à la Renaissance*. Rennes: Presses Universitaires François Rabelais, 2015, pp. 189-205.

¹⁶ Cf. SAVORELLI, Alessandro – “Araldica e araldica comunale: una sintesi storica”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 253-274.

¹⁷ CARASSAI, Mario; CONTI, Antonio; FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro – *Le Marche sugli scudi. Atlante storico degli stemmi comunali*. Fermo: Andrea Livi Editore, 2015.

¹⁸ <http://base-arma.edel.univ-poitiers.fr/>

¹⁹ FERRARI, Matteo – “Héraldique et ‘mise en signe’ de l’espace urbain en Poitou au Moyen-Âge”. In HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo. Agradeço ao autor a leitura deste texto, que me foi facultada ainda antes da sua edição, bem como as numerosas e úteis informações bibliográficas que me forneceu.

entidades heráldicamente representadas no espaço urbano, antes pelo contrário: a análise de Ferrari permite fazer sobressair a ligação do património analisado aos sucessivos equilíbrios políticos vividos na cidade, com a presença das armas do rei de França, do duque de Anjou, do município de Poitiers e, por vezes, as insígnias pessoais ou familiares do próprio *maire*, numa relação sempre hierárquica usada para estruturar e definir o espaço em que o poder se exerce.

Essa mesma conclusão é corroborada por Anne-Laure Connesson na tese que dedicou à escultura heráldica florentina tardo-medieval. Naturalmente, neste caso, a multiplicidade dos actores e a variabilidade das relações que estabelecem entre si tornam o equilíbrio político mais intrincado que no exemplo francês, o que se traduz inevitavelmente numa maior diversidade de tipologias heráldicas presentes no espaço público. Contudo, a autora sugere que esta diversidade pode ser analisada de forma unitária, graças ao recurso ao conceito de *heráldica cívica* para definir as armas diversificadas que figuram em lugares públicos, expressivas, quando lidas em conjunto, de uma identidade comum composta pela articulação complexa (e mutável) de forças e de actores políticos. A flutuação destes conjuntos heráldicos permitia precisamente exprimir a variação dos equilíbrios políticos que governavam a cidade. Daí a sua aplicação preferencial ao espaço central constituído pela praça principal, e ao palácio comunal que aí se erguia: “L’identité civique devait pouvoir se construire et se montrer dans l’espace public, sur la place de la cité. La façade des palais communaux comme support d’exposition d’armoiries remplit donc parfaitement ce rôle”²⁰.

A partir do levantamento que fez da escultura heráldica florentina, completado com o de outras manifestações artísticas e patrimoniais coevas, Connesson aponta para a o papel estruturante – e não meramente decorativo e identificativo – desempenhado pela heráldica nos edifícios públicos: “Si l’accumulation d’écus armoriés sur les façades des palais publics tend à remodeler l’architecture du bâtiment, leur présence à l’intérieur des édifices délimite et définit les espaces où le pouvoir s’exerce, contribuant ainsi largement à sa mise en scène. Les armoiries colonisent les lieux de passages comme les portes, les escaliers et les cours intérieures mais également les différentes salles du pouvoir civique où les emblèmes envahissent parois et plafonds”²¹. Deste modo, as funções práticas e

²⁰ CONNESSON, Anne-Laure – *L’héraldique sculptée à Florence. 1400-1530*. Amiens: Université de Picardie – Jules Verne, 2016, Tese de doutoramento em História da Arte, policopiada, vol. I, pp. 107-108. Agradeço à autora ter-me facultado a leitura da sua tese. Uma primeira abordagem crítica ao fenómeno da heráldica na arquitectura cívica toscana pode ser consultada em GADO, Francesca Fumi Cambi – “Stemmi ed emblemi nella decorazione degli edifici”. In RESTUCCI, Amerigo (Ed.). *L’architettura civile in Toscana*. Civisello Balsamo: Silvana Editoriale, 1995, pp. 401-441.

²¹ CONNESSON, Anne-Laure – *L’héraldique...*, p. 119.

simbólicas revelam-se indestrinçáveis umas das outras na articulação que tecem entre heráldica, arquitectura e espaço público.

Em Portugal, o mesmo tema foi estudado por Carlos Caetano na sua tese de doutoramento sobre as casas da câmara e a monumentalização do poder local num amplo leque cronológico (séculos XIV a XIX). Debruçando-se sobre a tipologia dos edifícios sedes do concelho, o autor aponta a existência de três componentes essenciais – sala de audiências, câmara das vereações e cadeia – que podiam ser complementadas por uma série de componentes facultativas como espaços de abrigo, armazenamento, troca e comércio, administrativos, residenciais, de assistência e devoção²². Contudo, a composição estrutural das casas da câmara não as distinguia forçosamente das demais, pelo que o autor salienta a necessidade da presença de dois tipos de elementos identitários: o sino (com sua torre ou campanário) e o brasão²³. Este último desempenhava, na óptica de Caetano, um papel primordial na caracterização do edifício camarário: “a casa do concelho, que era essencialmente uma casa como as outras, era *também*, enquanto casa do concelho, uma casa diferente das outras, pois quase sempre ostentava um ou, mais raramente, dois brasões nobilitadores na sua fachada”²⁴. Luísa Trindade assinalou, não obstante, a emulação que as casas da câmara estabeleceram com os paços senhoriais, cujas fórmulas arquitectónicas tenderam a imitar, sobretudo no período tardo-medieval²⁵. Tal imitação levava a que os edifícios camarários passassem a ostentar amiúde “elementos da iconografia paçã, como os coroamentos ameados, as pedras de armas ou a adopção da torre”²⁶.

Ao contrário do que sucedia em França e Itália, a tipologia heráldica presente nas construções camarárias portuguesas reduzia-se a duas modalidades: as armas reais e as municipais. As primeiras revelavam-se como presença quase indispensável, articulando-se por vezes com as segundas, sempre numa expressão hierarquizada: “Todos os brasões, reais, concelhios ou “mistos” (os que justapõem ou combinam as armas do Concelho e as do Reino) suscitam ou repõem a questão da *presença nobilitante e quase obrigatória dos brasões na arquitectura e*

²² CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, Dissertação de doutoramento em História da Arte Moderna, policopiada, pp. 335-390.

²³ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, pp. 390-410.

²⁴ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, p. 402.

²⁵ TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 209-228.

²⁶ TRINDADE, Luísa; CABRAL, Caroline Aragão – “Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”. In TORRAS, Begoña Farré (Coord.) – *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014, p. 350.

equipamentos concelhios. Com efeito, o brasão real (muito mais que o do concelho) tanto integra a generalidade das fachadas das casas da câmara, [...] como surge em elementos e em pormenores arquitectónicos e decorativos, realizado nos mais variados materiais e aplicado nas mais diversas circunstâncias”²⁷.

Daí a importância da presença da pedra de armas no edifício usado como sede do poder concelhio: não como simples ornamentação ou ostentação (embora estes efeitos pudessem ser também desejados e alcançados), mas sim com um certo carácter de epifania. Mais do que para identificar, a pedra de armas servia para transformar a construção em sede simbólica da autoridade municipal. A heráldica detinha, neste sentido, um carácter performativo: o edifício, quaisquer que fossem as suas dimensões, a sua história, o seu enquadramento, era por ela nobilitado e podia, assim, tornar-se lugar de memória colectiva.

Daí decorria a importância da escolha do lugar que o elemento heráldico viria a ocupar no edifício camarário: o critério de visibilidade revelava-se primordial, somando-se-lhe outros factores simultaneamente práticos e simbólicos, como a centralidade e a elevação, ou simplesmente a articulação com factores urbanísticos como o enfiamento de ruas e a valorização do efeito de perspectiva (mesmo que, para tanto, fosse necessário colocar a pedra de esquina, num cunhal)²⁸. De uma forma geral, nota-se também, no exterior, a preferência por espaços de transição: mais uma vez, conjugam-se nesse âmbito os aspectos simbólicos e práticos de delimitação do espaço público. Os aspectos simbólicos prendem-se com factores compreensíveis: cabia à heráldica anunciar a transição espacial, fornecendo ao transeunte uma indicação concreta do limite que se encontrava prestes a transpor e da autoridade que se exercia no espaço adiante. Os aspectos práticos, por vezes menosprezados, não eram de somenos: a aposição dos sinais autárquicos exprimia visualmente a correspondência entre o espaço e uma série de direitos, prerrogativas e regalias que competiam àquele concelho; tais sinais permitiam, em suma, anunciar o regime jurídico e administrativo próprio que competia à entidade que geria o município.

Deste modo, a heráldica municipal constituía, num certo sentido, o correspondente visual do foral: da mesma forma que este condensava a relação da comunidade com o poder central, servindo de factor de definição identitária, assim as armas municipais resumiam num sinal visual a idiosincrasia da mesma comunidade.

²⁷ CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, p. 738.

²⁸ Saliente-se que, ao contrário do que por vezes se assevera, a colocação de pedras de armas em cunhais ou esquinas não tinha qualquer significado simbólico. Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “O significado das pedras de armas de esquina”. *Olisipo*. II Série, N° 13, (2000), pp. 145-148.

Daí resultou, igualmente, a relação peculiar que se estabeleceu entre os sinais municipais e a heráldica régia: tal como o foral se reportava a uma autoridade central que se assumia como superior na sua relação com o poder local, assim as armas municipais se conjugavam amiúde com as reais, numa relação hierárquica inequívoca. Esta exprimia-se pela colocação das armas reais em posição sempre mais honrosa que as insígnias municipais: ora num plano mais elevado, ora à dextra heráldica (esquerda do observador). Mas havia ainda outras estratégias complementares de valorização das armas reais em relação às municipais²⁹. Uma delas consistia na duplicação ou multiplicação dos sinais régios, cuja profusão assinalava a primazia do poder do rei sobre os restantes. Outra residia na escolha de figurar os emblemas dentro de um escudo, como se vê invariavelmente no caso dos sinais régios, ou fora dele, como é amiúde o caso das insígnias municipais. Uma última forma de valorização hierárquica recorria à conjugação das armas reais com a empresa do monarca reinante, expediente a que se começou a recorrer na segunda metade do século XV e que proliferou no reinado de D. Manuel I.

Mais do que uma simples lembrança, a presença da heráldica régia e municipal realizava, portanto, o que se poderia chamar de *acto performativo visual*: a sua existência concreta invocava e criava, a um tempo, a especificidade do poder municipal legitimamente exercido sobre o território por elas marcado. E sobre a comunidade que nele vivia ou circulava. Da mesma forma que o selo concelhio servia de instrumento legitimador da documentação emanada do município ou por este confirmada, assim as expressões patrimoniais das armas municipais, apostas em objectos e lugares de memória colectiva, facultavam a legitimidade do exercício do poder pelos agentes concelhios no conjunto do espaço urbano abrangido.

Tal expressão não se reportava apenas à invocação abstracta da legitimidade do poder: as armas, usadas como marcadores espaciais, assinalavam também que o espaço assim delimitado se subordinava a um regime jurídico-administrativo específico, inclusive na sua dimensão fiscal. A presença das armas encontra, neste sentido, dois paralelos interessantes.

Em primeiro lugar, estes mesmos limites e a sua especificidade política eram assinalados mediante recurso a inscrições. Os letreiros, contudo, apresentavam, numa sociedade predominantemente analfabeta, a desvantagem de ser decifráveis por um número muito mais reduzido de observadores. Seria interessante comparar a colocação de epígrafes e de pedras de armas, quer para verificar quando umas e outras se usam separadamente ou em articulação, quer para observar o comportamento de ambas no que respeita à ocupação e definição simbólica do espaço.

²⁹ Facto já assinalado por HABLLOT, Laurent – “Le décor emblématique...”, pp. 151-152.

O segundo paralelo diz respeito à presença de padrões de medida, por vezes junto das portas de acesso aos espaços urbanos: tal como o reino se pautava pela diversidade de identidades político-administrativas dos seus concelhos, assim os sistemas de medidas apresentavam uma notória diversificação. Num e noutro caso, tanto os sinais heráldicos como a representação das unidades de medição em vigor naquele espaço marcavam a especificidade comunitária e activavam o seu enquadramento jurídico-político, por via do agente legítimo que era o poder municipal, subordinado à autoridade régia. Por vezes, um e outro sistema fundiam-se: assim, as unidades ponderais, entregues à guarda da câmara, eram carregadas com a heráldica régia, por vezes completada com a municipal.

A presença dos sinais heráldicos do concelho tinha por epicentro, como é natural, o edifício sede da câmara. Mas podia prolongar-se por outros espaços urbanos, em diversos edifícios ou equipamentos de tutela concelhia³⁰, nomeadamente estruturas e equipamentos de abastecimento de água (poços, cisternas, chafarizes, fontes, lavadouros, privadas); espaços de armazenamento, recolha e abrigo (celeiros públicos, currais do concelho); espaços de transformação para-industrial (matadouros, fornos do concelho); espaços públicos de sociabilidade e de comércio (campos da feira, poiais alpendrados, campos da bola e jogos da pela, espaços para as corridas de touros, alpendre do concelho, açougues, casas de ver-o-peso e casas dos almotacés); espaços de acolhimento (residência do juiz de fora e corregedor, estalagem do concelho); espaços de saúde, assistência e devoção (gafaria e casa de São Lázaro, casa da roda dos expostos, capelas e ermidas de São Sebastião); equipamentos de representação, justiça e punição (pelourinho, forca).

A reconstituição da presença da heráldica municipal nas cidades medievais portuguesas vê-se, contudo, dificultada por questões heurísticas de base. A ausência de um inventário geral do património heráldico medieval português constitui um primeiro – e sério – óbice³¹. Os escassos inventários locais e regionais, por outro lado, nem sempre abrangem todas as tipologias heráldicas, uma vez que muitos se concentram exclusivamente na heráldica de família. Deve outrossim assinalar-se que, dada a sua dimensão eminentemente política, tanto a heráldica régia como a municipal foram costumeiramente objecto de apagamento, transformação ou substituição³². Não obstante estas ressalvas, é possível colher alguns exemplos

³⁰ Para a enumeração destes edifícios e equipamentos, segue-se a tipologia proposta por CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara...*, pp. 166-230.

³¹ Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.

³² Para se ter uma ideia do grau que tais transformações podem alcançar, atente-se no exemplo estudado por Luigi Borgia: para o palácio comunal que estudou, este autor encontrou referências ao total de 700 pedras de armas, das quais subsistem hoje 250. BORGIA, Luigi – *Gli stemmi...*, p. 25.

significativos de heráldica municipal aposta em edifícios ou equipamentos de tutela concelhia nas aglomerações urbanas portuguesas da Idade Média, como a fonte gótica de Atouguia da Baleia e a fonte das Figueiras em Santarém; o chafariz dos Canos em Torres Vedras e o do Andaluz em Lisboa; a ponte de Alcorce em Santarém; a casa de ver-o-peso de Elvas; ou os pelourinhos de Penela e de Chaves.



Fig. 1 – Alpendre do paço da audiência, Estremoz (fotografia Miguel Metelo de Seixas).



Fig. 2 – Pedras de armas reais e municipais, com epígrafe, no chafariz do Andaluz, Lisboa (réplica do Museu de Lisboa, fotografia José Avelar).



Fig. 3 – Marco de delimitação com armas municipais de Lisboa (Museu de Lisboa, fotografia José Avelar).



Fig. 4 – Pedras de armas reais e municipais a enquadrar imagem sacra na porta de Almedina, Coimbra (fotografia Paulo Almeida Fernandes).



Fig. 5 – Pedras de armas reais e municipais no chafariz dos Canos, Torres Vedras (fotografia Jorge Seixas).

No caso dos pelourinhos, deve salientar-se a sua importância simbólica, dada a primordialidade do *topos* da justiça como cerne de qualquer poder legítimo na Idade Média, em ligação forçosa com uma dimensão transcendente: daí, por um lado, a costumeira figuração de elementos religiosos e cósmicos na decoração destes equipamentos; e, por outro, a sua centralidade no espaço urbano, onde tomavam lugar no largo principal, geralmente em frente ao edifício camarário. Por isso, também, a presença heráldica mais usual nos pelourinhos é a das armas reais, figuradas evidentemente no lugar mais honroso, uma vez que toda a justiça emana do monarca, que age em nome de Deus. O facto de se ter difundido, desde muito cedo, a interpretação cristológica das quinas (relacionadas com as cinco chagas de Cristo) justificava e exprimia visualmente um conceito de justiça cuja aplicação se reportava, nestes espaços e instrumentos concretos, a uma dimensão transcendental e legitimadora. A presença secundária e subordinada das armas municipais nos pelourinhos colhe paralelo nas demais tipologias heráldicas que, noutros exemplares, partilham igualmente estes espaços com as armas reais³³.

Não obstante a importância dos pelourinhos, os casos mais correntes de presença das armas municipais fora dos paços do concelho parecem verificar-se nas muralhas que cercavam as povoações. Nestas, as pedras de armas soem estar colocadas nos espaços de entrada no aglomerado urbano ou no respectivo castelo, como na porta de Estremoz em Borba, na porta de Almedina em Coimbra, na porta de Atamarma em Santarém, na porta dos Castelinhos de Leiria ou na porta de São Sebastião em Olivença. Note-se que a presença das insígnias municipais nas portas muralhadas tende a criar no transeunte uma definição nítida da sua penetração no espaço urbano, em que a heráldica se associa à arquitectura, sendo completada pelo urbanismo na medida em que, em muitas povoações, o eixo viário principal corria desde a porta principal até ao castelo, passando pelo largo onde se situavam o edifício camarário e o pelourinho. Aqui, o transeunte poderia reencontrar a mesma mensagem visual já observada na porta inicial, ou seja: as armas municipais, identificadoras do concelho, em consonância com as armas reais. Pois em todos os casos enumerados para a presença em portas da muralha, bem como nos que se referem aos edifícios e equipamento de tutela concelhia, a

³³ É o caso, por exemplo, da heráldica de família, como as armas dos Sousas no pelourinho da vila do Prado; da heráldica eclesiástica, como as armas da Ordem de Avis no pelourinho da vila de Fronteira; ou da emblemática pessoal, como o rasto, empresa da rainha D. Leonor, no pelourinho da vila de Óbidos. Cf., respectivamente, SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João António – “A sombra dos príncipes...”, pp. 27-63; SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Heráldica no concelho de Fronteira*. Fronteira: Universidade Lusíada, Câmara Municipal de Fronteira, 2002, pp. 123-124; SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”. In VARELA, Alexandra (Ed.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.

subordinação dos sinais municipais à heráldica régia mantém-se como princípio inabalável³⁴. Note-se que a importância simbólica das fortificações teve outrossim consequências heráldicas assinaláveis: castelos, torres e muralhas constituem as figuras mais correntes na heráldica municipal portuguesa da Idade Média³⁵. O que reflecte sem dúvida uma afirmação da capacidade militar concelhia, mas pode corresponder também à imagem que as urbes concebem e privilegiam de si próprias enquanto espaços delimitados por um perímetro defensivo.

A questão da delimitação concreta e simbólica do espaço por meio da heráldica também se verificava nos marcos usados para definir os limites em que se exercia o poder concelhio. Conhecem-se, por exemplo, as disposições tomadas por D. João II no sentido de mandar colocar uma série de marcos junto da barra do Tejo, para efeitos de delimitação do território lisboeta³⁶. Mais uma vez, não se tratava de uma medida expressiva apenas da legitimidade da autoridade política concelhia, mas também de um instrumento concreto de activação de direitos fiscais, em ligação directa com o respectivo foral³⁷.

A apropriação espacial pela heráldica não se confinava necessariamente, porém, ao território: podia ter também uma dimensão sonora. Os sinos funcionavam, como já foi assinalado, como um dos elementos identitários fundamentais dos concelhos, uma vez que desempenhavam uma função simbólica e prática da maior relevância na organização da vida comunitária. Em consequência, a aposição de emblemas heráldicos nos sinos revelava-se lógica, não apenas como marca de posse ou de encomenda, mas também com um carácter apotropaico³⁸. Por isso, seria expectável que os sinos concelhios fossem marcados com os sinais heráldicos respectivos; essa prática, ainda não comprovada para as entidades municipais, encontra-se documentada e estudada, por exemplo, para as comunidades religiosas e para as povoações submetidas a determinados senhorios³⁹.

³⁴ O carácter exclusivo da presença de sinais régios e concelhios só é aliás quebrada, tanto quanto se saiba no actual estado de conhecimento das fontes, pela pedra de armas da porta de São Sebastião em Olivença, a qual apresenta, além das armas régias e do sinal falante do concelho (uma oliveira), um escudo com as armas do alcaide Pero Lourenço do Rego. BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. II, tomo 2, pp. 1313-1320 e vol. III, p. 453, est. CLIII-A, n.º 1.

³⁵ SAMEIRO, Pedro – “A Heráldica Autárquica em Portugal”. *Almansor*, Nº 4, (1986), pp. 77-117.

³⁶ CID, Pedro de Aboim Inglez – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 174-175.

³⁷ SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique...”, p. 297.

³⁸ Cf. ERMINI, Giampaolo – “La campana del Palazzo del Popolo di Orvieto (1316)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 109-125.

³⁹ Atente-se, assim, no sino com as armas de D. Berengária Aires no mosteiro de Almoester e no sino com as armas de D. Vasco da Gama na torre da vila da Vidigueira, sede do condado que lhe foi atribuído. Cf., respectivamente, MENDES, Tiago Sousa e HENRIQUES, António de Castro – “Féguas & Sinaes III.

O conjunto das manifestações aqui arroladas deixa de fora, contudo, muitas outras que existiriam nas povoações medievais portuguesas. Não apenas pelas limitações heurísticas atrás referidas, mas também por causa da abrangência do fenómeno heráldico na Idade Média. Os emblemas heráldicos revestiam, com efeito, uma infinidade de objectos móveis, parte dos quais se viam aplicados, precisamente, na delimitação do espaço urbano. O caso mais evidente é o das bandeiras. Juntamente com a matriz sigilar, a bandeira constituía um elemento simbólico por excelência do concelho; ao contrário daquela, porém, esta podia desdobrar-se num número praticamente ilimitado de exemplares. Diversas fontes documentais revelam a importância de que se revestiam as bandeiras e assinalam a atenção prestada à sua exibição, manutenção ou perda⁴⁰. Não há dúvida de que elas eram usadas não somente nas ocasiões solenes da vida comunitária (como as entradas régias ou as aclamações) mas também na vida corrente do município. Por vezes, podiam consubstanciar-se em manifestações mais fixas, como era o caso das grimpas ou cataventos heráldicos⁴¹. Naturalmente, as bandeiras desempenhavam um papel especial em tempo de guerra, tanto na identificação da hoste concelhia como na delimitação do espaço submetido à autoridade do município. É reveladora, neste sentido, a descrição que Fernão Lopes fornece das 77 torres que guarneciam as muralhas de Lisboa por ocasião do cerco movido pelo rei João I de Castela em 1384: “Avia em estas torres muitas lamças darmas e bacinetes, e doutras armaduras, que rreluziam tamtas que bem mostrava cada huma torre per ssi que abastante era pera sse deffemder. Em muitas dellas estavom troons bem acompanhados de pedras, e bamdeiras de sam Jorge, e das armas do rreino e da çidade, e doutros alguuns senhores e capitães que as poinham nas torres que lhes eram emcomendadas”⁴². Esta narração permite verificar duas realidades a que já se aludiu. Em primeiro lugar, a inextricabilidade das dimensões simbólica e prática na aplicação da heráldica ao espaço urbano: além da função de marcação das fortificações citadinas, as bandeiras serviam para assinalar a atribuição concreta dos sectores de defesa da cidade. Para além de uma funcionalidade conguaçadora, anímica, que o cronista igualmente lhes assigna. Em segundo lugar, a articulação

Heráldica no Mosteiro de Almoester”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 83-104; SEIXAS, Miguel Metelo de; OLIVEIRA, Humberto Nuno de – “As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI”. *Tabardo*. N.º 1, (2002), pp. 31-56.

⁴⁰ Estas questões são válidas tanto para a Idade Média como para a Moderna. João Pinto Ribeiro, magistrado intimamente ligado ao movimento da Restauração de 1640, produziu uma interessante reflexão em torno do simbolismo político das bandeiras municipais. Cf. SEIXAS, Miguel Metelo de – “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*. N.º 1, (2006), pp. 189-206.

⁴¹ Como os que ornavam os paços do concelho de Setúbal: “duas grinhas com suas bolas de cobre e bandeyras e auitos de samtiago”. TRINDADE, Luísa – *Casas da Câmara...*, p. 224.

⁴² LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 1990, vol. I, p. 223.

constante entre heráldica régia e concelhia, aqui interpolada com a heráldica senhorial ou de família.

Esta última observação aponta para a necessidade de uma reflexão comparativa, em diversos sentidos. Antes de mais, o fenómeno de definição do espaço urbano pela heráldica concelhia deve ser estudado em confrontação com as outras tipologias heráldicas que aí se encontram igualmente representadas: a heráldica régia em primeiríssimo lugar, pois, como se viu, ela insere-se de forma intrínseca na expressão do poder municipal em Portugal; mas a heráldica de família, eclesiástica, religiosa, corporativa ou até mesmo imaginária, além da emblemática para-heráldica (as empresas). Todas elas dialogam no espaço urbano, cuja definição e hierarquização promovem em simultâneo, numa relação complexa que somente um estudo aturado permitirá resgatar.

A reflexão comparativa também se impõe no sentido de cotejar os exemplos portugueses com os de outras realidades políticas. Partindo dos casos italianos e franceses já referidos, será interessante notar, à partida, algumas características próprias da configuração heráldica portuguesa, nomeadamente o predomínio absoluto do binómio armas régias/municipais (com prevalência hierárquica e numérica das primeiras), só excepcionalmente caldeado com outras tipologias. Também se pode depreender, por conseguinte, que a marcação heráldica do espaço urbano português funcionava menos por aglutinação que por contraste, revelando de forma nítida o predomínio hierárquico do rei e dos municípios enquanto órgãos complementares de soberania (sem desprimor da prevalência política do primeiro sobre os segundos). Profundamente alterado pela reforma manuelina dos forais, que levou amiúde à menorização – por vezes mesmo ao desaparecimento – das antigas armas municipais em favor das régias, esta marcação inscreve-se, contudo, na longa duração. Em pleno século XIX, ela seria ainda recordada e reconstituída no momento-chave de redefinição nacional que foi a aclamação de D. Pedro V, em 1855, no âmbito do movimento da Regeneração: as arcadas do Terreiro do Paço foram decoradas de uma ponta à outra com um friso das armas das cidades do reino e ultramar, com o fito de criar um espaço simbólico que representasse o conjunto de povos e territórios com os quais o monarca estabelecia, no seu advento, um pacto político mútuo baseado numa tradição apresentada e sentida como imemorial, complemento indispensável da dimensão propriamente constitucional da legitimidade do soberano⁴³.

Em conclusão, o tema da relação entre heráldica e apropriação simbólica do espaço urbano medieval abre um campo de estudo que se antevê vasto e

⁴³ SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, pp. 47-86.

interessante nas suas variadas ramificações. Tal campo situa-se na encruzilhada de diversas vertentes da história (política, institucional, social, cultural) com a história da arte, mas também com os estudos urbanísticos. O presente texto não apresenta uma visão integral da função espacial da heráldica municipal nas cidades medievais portuguesas, apenas pretende lançar uma série de interrogações e de pistas que poderão ser depois postas à prova. Porque, para ir mais além, seria indispensável o levantamento exaustivo das fontes patrimoniais e documentais, bem como uma dimensão comparativa quer com outras tipologias heráldicas, quer com fenómenos similares em outros Estados.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Ana Maria – *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – “La ville médiévale au Portugal. Perspectives et tendances”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Millán da (Ed.) – *La ville médiévale en débat*. Lisboa: IEM, 2013, pp. 145-156.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, 4 vols.
- BORGIA, Luigi – *Gli stemmi del Palazzo d’Arnolfo di San Giovanni Valdarno*. Firenze: Cantini Edizioni, 1986.
- BOUCHERON, Patrick – “Introduction générale”. In BOUCHERON, Patrick; GENET, Jean-Philippe (Ed.) – *Marquer la ville*. Paris: Publications de la Sorbonne, École Française de Rome, 2014, pp. 9-19.
- BULTÉ, Cécile – “Emblématique royale dans les hôtels de ville du Val de Loire 1440-1510”. In SALAMAGNE, Alain (Ed.) – *Hôtels de ville. Architecture publique à la Renaissance*. Rennes: Presses Universitaires François Rabelais, 2015, pp. 189-205.

- CAETANO, Carlos Manuel Ferreira – *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, Dissertação de doutoramento em História da Arte Moderna, policopiada.
- CARASSAI, Mario; CONTI, Antonio; FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro – *Le Marche sugli scudi. Atlante storico degli stemmi comunali*. Fermo: Andrea Livi Editore, 2015.
- CID, Pedro de Aboim Inglez – *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- CONNESON, Anne-Laure – *L'héraldique sculptée à Florence. 1400-1530*. Amiens: Université de Picardie – Jules Verne, 2016, Tese de doutoramento em História da Arte, policopiada.
- ERMINI, Giampaolo – “La campana del Palazzo del Popolo di Orvieto (1316)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 109-125.
- FERRARI, Matteo – “Héraldique et ‘mise en signe’ de l'espace urbain en Poitou au Moyen-Âge”. In HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.
- GADO, Francesca Fumi Cambi – “Stemmi ed emblemi nella decorazione degli edifici”. In RESTUCCI, Amerigo (Ed.). *L'architettura civile in Toscana*. Civisello Balsamo: Silvana Editoriale, 1995, pp. 401-441.
- GADO, Francesca Fumi Cambi (Ed.) – *Stemmi nel Museo Nazionale del Bargello*. Firenze: Associazione Amici del Bargello, 1993.
- HABLOT, Laurent – “L'héraldisation du sacré aux XII^e-XIII^e siècles. Une mise en scène de la religiosité chevaleresque?”. In AURELL, Martin (Ed.) – *Actes du colloque Chevalerie et Christianisme aux XII^e et XIII^e siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 211-233.

- HABLOT, Laurent – “Le décor emblématique chez les princes de la fin du Moyen âge : un outil pour construire et qualifier l’espace”. In LIÉNARD, T. *et alii*. *Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentation*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, pp. 147-165.
- HABLOT, Laurent; HILTMANN, Torsten (Ed.). *Heraldry in the Medieval City: the case of Italy in the European context*. Roma: École Française de Rome, no prelo.
- HILTMANN, Torsten; SEIXAS, Miguel Metelo de (Ed.) – *Heraldry in Medieval and Early Modern State-Rooms. Towards a typology of heraldic programmes in spaces of self-representation*. Münster: Thorbecke, no prelo.
- MENDES, Tiago Sousa; HENRIQUES, António de Castro – “Ffeuras & Sinaes III. Heráldica no Mosteiro de Almoester”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 83-104.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.
- MÉRINDOL, Christian de – *Images du royaume de France. Décors monumentaux peints et armoiries, art et histoire*. Pont-Saint-Esprit: Conseil général du Gard, 2013.
- PASTOUREAU, Michel – *Les Armoiries*. Turnhout: Brepols, 1998.
- PASTOUREAU, Michel – *Traité d’Héraldique*. Paris: Bordas, 1979.
- PETRUCCI, Armando – *Jeux de lettres. Formes et usages de l’inscription en Italie, XI^e-XX^e siècles*. Paris: EHESS, 1993.
- SAMEIRO, Pedro – “A Heráldica Autárquica em Portugal”. *Almansor*. N^o 4, (1986), pp. 77-117.
- SAVORELLI, Alessandro – “Araldica e araldica comunale: una sintesi storica”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 253-274.

- SAVORELLI, Alessandro – “Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il ‘Libro del Conocimiento de todos los Reinos’ (s. XIV)”. *Armas e Troféus*. IX Série, Tomo 17, (2015), pp. 105-140.
- SAVORELLI, Alessandro – “L’araldica per la storia : una fonte ausiliaria?”. In PAOLI, Maria Pia (Ed.). *Nel laboratorio della storia. Una guida alle fonti dell’età moderna*. Roma: Carocci editore, 2013, pp. 289-315.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495)”. In FERRARI, Matteo (Ed.). *L’Arme Segreta. Araldica e Storia dell’Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, pp. 285-309.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Bibliografia de heráldica medieval portuguesa”. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (Ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*. Nº 1, (2006), pp. 189-206.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “O significado das pedras de armas de esquina”. *Olisipo*. II Série, Nº 13, (2000), pp. 145-148.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “O uso da heráldica no interior da casa senhorial portuguesa de Antigo Regime: propostas de sistematização e entendimento”. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (Ed.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos interiores*. Lisboa – Rio de Janeiro: Instituto de História da Arte/Universidade Nova de Lisboa, Escola de Belas Artes/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, pp. 86-109.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Overseas elements in Portuguese armorials from the Modern Era”. *e-journal of Portuguese History*. Vol. 15, Nº 2, (2017), pp. 1-29.

- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”. In VARELA, Alexandra (Ed.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – *Heráldica no concelho de Fronteira*. Fronteira: Universidade Lusíada, Câmara Municipal de Fronteira, 2002.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; HILTMANN, Torsten; PORTUGAL, João António (Ed.) – *State-Rooms of Royal and Princely Palaces in Europe (14th-16th c.). Spaces, Images, Rituals*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; OLIVEIRA, Humberto Nuno de – “As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI”. *Tabardo*. Nº 1, (2002), pp. 31-56.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João – “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sousas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”. In REDOL, Pedro; GOMES, Saul António (Ed.) – *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012, pp. 27-63.
- TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, pp. 209-228.
- TRINDADE, Luísa; CABRAL, Caroline Aragão – “Um bom e fermoso paço do concelho” no “milhor e mais nobre lugar da uila”. In TORRAS, Begoña Farré (Coord.) – *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, 2014, pp. 348-358.